

Mil destinos à mercê do governo

Secretária de Educação não sabe ainda se vai contratar os 1.115 professores aprovados em concurso no governo passado

Karina Falcone
Da equipe do *Correio*

A convocação saiu no último dia do ano passado. O Governo do Distrito Federal chamou 1.115 professores concursados para assumir os cargos na Fundação Educacional. Na troca de governadores, a convocação foi anulada. Alheias às justificativas políticas, estão mais de mil pessoas que mudaram as suas vidas para começar um novo emprego.

Mudar de Hidrolândia, cidade de Goiás, para Brasília foi só a primeira providência de José Carlos dos Santos, 42 anos. Quando saiu a convocação, José deixou a mulher e os dois filhos e foi para a casa de um irmão, em Samambaia. Quando tudo estivesse acertado, eles viriam morar no Distrito Federal. O técnico em eletrônica queria deixar o seu antigo emprego e ser professor do 1º grau.

Determinação da Secretaria de Educação fez com que os planos de José e pelo menos outros mil professores fossem adiados. E por tempo indeterminado. A publicação do dia 30 de dezembro do ano passado, assinada pelo ex-governador Cristovam Buarque (PT), foi cancelada pelo governador Joaquim Roriz (PMDB), sem que outra data fosse marcada para novas convocações.

Pelo tempo que ficou em Brasília sem trabalhar, José acumulou dívidas com amigos e parentes. “Agora vou ter que voltar para Goiás sem ter o meu emprego garantido. E nem ao menos sei quando poderei ser chamado”, conta. Só com os exames médicos pedidos pela Fundação Educacional para a contratação, José gastou R\$ 125. “Mas o maior prejuízo que tive foi ter que adiar o meu sonho de ser professor”, lamenta.

REVOGAÇÃO

Convocação de concursados é um ato administrativo e pode ser revogado. Juridicamente, só as nomeações para cargos no funcionalismo público não podem ser canceladas. A secretária de Educação, Eurides Brito, utilizou essa brecha para suspender as possíveis contratações que o antigo governo havia planejado para as escolas públicas.

Segundo Eurides, a convocação foi cancelada porque as vagas necessárias para contratar esses professores não foram criadas. “O antigo governo devia ter mandado um projeto de lei para a Câmara, solicitando mais 1.115 vagas para professores”, justifica.

Segundo a secretária, todos os professores concursados serão chamados. Para garantir as vagas, o GDF não vai realizar mais nenhum outro concurso, até que todos as pessoas que já foram aprovadas em outras seleções estejam trabalhando. Mas as contratações só vão começar quando a secretaria terminar o censo de funcionários que está fazendo para ter uma noção da real necessidade do quadro. “Até o final da semana estaremos com esse levantamento pronto e vamos pensar em novas convocações”, garante.

PROBLEMAS SÉRIOS

Segundo o ex-diretor da Fundação Educacional Jacy Braga apenas 500 vagas, das 1.112 convocadas, ainda precisavam de aprovação na Câmara Legislativa. Esses professores foram chamados para assumir os lugares dos contratos temporários, que terminaram no final do ano passado. Para Peninha, se esses profissionais não forem substituídos por concursados, por determinação legal, as escolas públicas terão sérios problemas com o quadro de professores para esse ano letivo.

“O fato de não ter vagas para todos os convocados não é problema. É muito simples criá-las. No governo de Cristovam, criamos 5.500 vagas para professores”, rebateu Jacy.

Para o presidente do Sindicato dos Professores (Sinpro), Marcos Pato, o governo não tem justificativas para cancelar as novas contratações da Fundação Educacional. Segundo Pato, o governador convocou a Câmara extraordinariamente no começo do mês e já tem outra convocação marcada para essa sexta-feira. “As vagas poderiam ser criadas nessas oportunidades. A secretária não percebeu que está fazendo parte do governo, agora. Ela só faz discurso de oposição, criticando o outro governo”, provocou o presidente do Sinpro.

Fotos: Paulo de Araújo



O professor José Carlos dos Santos deixou a família em Hidrolândia, Goiás, e veio para Brasília: planos adiados



A secretária de Educação, Eurides Brito, diz que os débitos de contratos temporários serão quitados até o fim do mês

EURIDES RESPONDE

TURNO DA FOME

“São crianças da escola Vivenda, em Planaltina, que ainda têm aula nesse turno. Eles terão aulas em turno normal e suas vagas serão garantidas, pois, até por força de lei, têm direito ao ensino fundamental gratuito.”

ALUGUEL DE SALAS EM ESCOLAS PARTICULARES

“Provavelmente, só em Brazlândia haverá necessidade. E ainda assim, só para os alunos da escola do Incra 8. As duas outras escolas (Escola Classe 7 e Vendinha) já tiveram os problemas solucionados. Como só há duas escolas particulares na cidade, escolheremos entre elas por meio de carta-convite. Optaremos pela que nos der melhores condições e preços.”

PAGAMENTOS ATRASADOS

“Primeiro vou cumprir o que está previsto no meu orçamento. Os débitos de contratos temporários devem ser quitados até o fim do mês. Não posso atrasar os compromissos da minha gestão, quando houver folga de caixa, pagaremos os vales-transporte de dezembro, que é dívida do Cristovam.”

GREVE DOS PROFESSORES

“Não me pontuo por greves, trabalho com planejamento. Desde novembro, quando ainda estava aí o governo deles, o Sinpro está programando uma greve para abril, o que é uma grandíssima irresponsabilidade.”

MERENDA ESCOLAR

“O secretário anterior (Antônio Ibañez) disse, ao passar o cargo, que os estoques seriam suficientes para dois meses. Um levantamento preliminar nosso revelou que existe o suficiente para onze dias. Os diretores regionais farão um levantamento até o dia 10, para garantirmos a regularização entre os dias 11 e 28.”

VAGAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS

“Vamos garantir vagas para todas as crianças no ensino fundamental — isso está na lei. O que tem acontecido é uma migração de alunos do ensino particular e pais querendo “vagas vips” em escolas com mais fama que outras.”